



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1
2
3
4
5
6
1
2
3
4
5
6
7
8

Ata da Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, realizada no dia 17 de janeiro de 2020, às 9 horas.

9 **1 – Local e data:** Procuradoria-Geral de Justiça, aos dezessete dias do mês de
10 janeiro de dois mil e vinte, às nove horas.//
11 **2 – Presidência:** Mariléa Campos dos Santos Costa, Procuradora-Geral de
12 Justiça, em exercício//
13 **3 – Conselheiros presentes:** Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, Corregedor-Geral do
14 Ministério Público, Carlos Jorge Avelar Silva, Maria de Fátima Rodrigues
15 Travassos Cordeiro e Themis Maria Pacheco de Carvalho//
16 Ausências justificadas: Luiz Gonzaga Martins Coelho, representando o Ministério
17 Público na Reunião Nacional do CNPG. Conselheiros: Domingas de Jesus Froz
18 Gomes, Joaquim Henrique de Carvalho Lobato e Francisco das Chagas Barros
19 de Sousa, em gozo de férias//
20 **4 – Discussão e aprovação da Ata da Sessão Ordinária do dia 10/01/2020.**
21 Aprovada sem ressalvas.//
22 **5 – Ordem do dia: a) Prorrogações de Prazo:** a) 1. Proc. 34/2020; 2. Proc.
23 35/2020; 3. Proc. 36/2020; 4. Proc. 37/2020; 5. Proc. 38/2020; 6. Proc. 39/2020;
24 7. Proc. 40/2020; 8. Proc. 41/2020; 9. Proc. 42/2020; 10. Proc. 43/2020; 11. Proc.
25 44/2020; 12. Proc. 45/2020; 13. Proc. 46/2020; 14. Proc. 47/2020; 15. Proc.
26 48/2020; 16. Proc. 50/2020; 17. Proc. 202/2020; 18. Proc. 955/2020; 19. Proc.
27 959/2020; 20. Proc. 962/2020; 21. Proc. 963/2020; 22. Proc. 966/2020; 23. Proc.
28 967/2020; 24. Proc. 968/2020; 25. Proc. 969/2020; 26. Proc. 970/2020; 27. Proc.
29 971/2020; 28. Proc. 972/2020; 29. Proc. 973/2020; 30. Proc. 974/2020; 31. Proc.
30 975/2020; 32. Proc. 976/2020; 33. Proc. 977/2020; 34. Proc. 1058/2020; 35.
31 Proc. 1060/2020; 36. Proc. 1061/2020; 37. Proc. 1062/2020; 38. Proc.
32 1064/2020; 39. Proc. 1083/2020; 40. Proc. 1086/2020; 41. Proc. 1087/2020;
33 42. Proc. 1113/2020; 43. Proc. 1114/2020; 44. Proc. 1115/2020; 45. Proc.
34 1116/2020; **Decisão: Todos Conhecidos. b) Relatórios Trimestrais de**
35 **Atividades (enviados ao Conselho):** 46. Proc. 81/2020; 47. Proc. 82/2020;
36 48. Proc. 208/2020; 49. Proc. 790/2020; 50. Proc. 921/2020; 51. Proc. 923/2020;
37 52. Proc. 924/2020; 53. Proc. 925/2020; 54. Proc. 926/2020; 55. Proc. 928/2020;
38 56. Proc. 929/2020; 57. Proc. 933/2020; 58. Proc. 935/2020; 59. Proc. 936/2020;
39 60. Proc. 937/2020; 61. Proc. 938/2020; 62. Proc. 939/2020; 63. Proc. 940/2020;
40 64. Proc. 942/2020; 65. Proc. 943/2020; 66. Proc. 945/2020; 67. Proc. 947/2020;
41 68. Proc. 948/2020; 69. Proc. 951/2020; 70. Proc. 1066/2020; 71. Proc. 1067/2020;
42 72. Proc. 1068/2020; 73. Proc. 1069/2020; 74. Proc. 1072/2020; 75. Proc.
43 1073/2020; 76. Proc. 1074/2020; 77. Proc. 1075/2020; 78. Proc. 1077/2020;
44 79. Proc. 1079/2020; 80. Proc. 1089/2020; 81. Proc. 1093/2020; 82. Proc.
45 1094/2020; 83. Proc. 1095/2020; 84. Proc. 1096/2020; 85. Proc. 1097/2020; 86.
46 Proc. 1098/2020; 87. Proc. 1099/2020; 88. Proc. 1100/2020; 89. Proc. 1101/2020;
47 90. Proc. 1102/2020; 91. Proc. 1103/2020; 92. Proc. 1104/2020; 93. Proc.

7
8
9



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1
2
3
4
5
6

1 1105/2020; 94. Proc. 1106/2020; **Decisão: Todos Conhecidos.** c)
2 **Comunicações de Arquivamentos de Proc. Administrativos (Resolução Nº**
3 **174/2017 – CNMP):** 95. Proc. 74/2020; 96. Proc. 75/2020; 97. Proc. 76/2020
4 98. Proc. 77/2020; 99. Proc. 78/2020; 100. Proc. 204/2020; 101. Proc.
5 206/2020; 102. Proc. 1045/2020; 103. Proc. 1046/2020; 104. Proc. 1049/2020;
6 105. Proc. 1050/2020; 106. Proc. 1052/2020; 107. Proc. 1054/2020; 108. Proc.
7 1055/2020; 109. Proc. 1057/2020; 110. Proc. 640/2020; 111. Proc. 1117/2020;
8 112. Proc. 1118/2020; 113. Proc. 1120/2020. **Decisão: Todos Conhecidos.**
9 **d) Quadro de Antiguidade: 114.** Processo 1167/2020. Quadro de Antiguidade
10 dos Membro do Ministério Público para aprovação. **Decisão: Aprovado, sem**
11 **ressalvas.** e) **PROCESSOS PARA JULGAMENTO. CONSELHEIRA: Mariléa**
12 **Campos dos Santos Costa. 1. Proc. nº 000917-255/2019.** Origem: 2ª PJ de
13 Açailândia. Interessado(a): Glauce Mara Lima Malheiros. Objeto: Apurar suposto
14 acúmulo ilegal de cargos públicos. Assunto: Arquivamento do IC n.º 02/2019.
15 Ementa: Inquérito Civil no 02/2019 SIMP no 000917-255/2019. Originado por
16 meio de Portaria no 02/2019, com objetivo de apurar suposto acúmulo ilegal de
17 cargos públicos praticados pela servidora pública Nilvany Costa Sousa, que teria
18 cumulado os cargos de Agente Administrativo no município de Açailândia e de
19 Oficial de Justiça no Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Compulsado os
20 autos, verificou-se que ao chegar a referida notícia neste Órgão Ministerial, a
21 investigada já havia pedido exoneração do cargo de Agente Administrativo,
22 permanecendo apenas no cargo de Oficial de Justiça. Termo de Ajustamento de
23 Conduta para reparação do dano em relação aos proventos recebidos em
24 relação ao cargo de Agente Administrativo. Após, diante da impossibilidade de
25 desconto dos proventos no contracheque da demandada, para o cumprimento
26 da primeira cláusula do ajuste, foi feito o pedido de homologação judicial do TAC,
27 que tramita no Processo Judicial Eletrônico nº 0805115-83.10.0022. Promoção
28 de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de
29 Arquivamento. **Enunciado nº 04/2004. Decisão: Homologado o**
30 **arquivamento. CONSELHEIRO: Carlos Jorge Avelar Silva. 2. Proc. nº**
31 **000153-042/2018. Decisão: Adiado. 3. Proc. nº 017383-500/2018 – 3 v.**
32 Origem: 24ª PJE do Controle Externo e da Atividade Policial. Interessado(a):
33 Cláudio Alberto Gabriel Guimarães. Objeto: Apurar suposto ato de improbidade
34 administrativa praticado pelo Diretor-Geral do Centro de Triagem de Pedrinhas.
35 Assunto: Arquivamento do PA n.º 06/2019. Ementa: procedimento preparatório.
36 improbidade administrativa. manutenção de prisão sem ordem judicial. ausência
37 de requisitos configuradores do ato ímprobo. tomada de providências pela
38 corregedoria competente. promoção de arquivamento. homologação, nos termos
39 do art. 10 § 1º da resolução nº 23/2007 do CNMP. **Decisão: Homologado o**
40 **arquivamento. 4. Proc. nº 029383-500/2016.** Origem: PJ de Tutoia.
41 Interessado(a): Fernando José Alves Silva. Objeto: Apurar suposto crime de
42 desobediência praticado pelo então presidente da Câmara Municipal de Tutoia.
43 Assunto: NF n.º 029383-500/2016 (Declínio ao MPF). Ementa: notícia de fato.
44 declínio de atribuição. crime desobediência. competência federal. atribuição do
45 parquet federal para investigar e adotar as medidas necessárias ao caso em
46 razão da decisão de fl. 26, exarada nos autos da carta precatória nº 0016114-
47 66.2015.5.10.0018, com tramitação na vara do trabalho de barreirinhas (tribunal

7



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1
2
3
4
5
6

1 regional do trabalho da 16ª região), com determinação de encaminhamento do
2 feito à procuradoria federal do maranhão. atribuição do parquet federal para
3 investigar e adotar as medidas necessárias ao caso. declínio de atribuições
4 homologada. **Decisão: Encaminhamento ao MPF.** Nada mais havendo a tratar,
5 eu, Carlos Jorge Avelar Silva, Procurador de Justiça e Secretário Suplente do
6 Conselho Superior do Ministério Público, lavrei a presente ata, que após lida e
7 aprovada será assinada por todos os membros do Conselho Superior do
8 Ministério Público. São Luís, 17 de janeiro de 2020.//

9
10 Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

11 Dra. Mariléa Campos dos Santos Costa

12 Dr. Carlos Jorge Avelar Silva

13 Dra. Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro

14 Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho